

## **Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.**

**CAION MENEGUELLO NATAL**

### **Introdução**

Nossa proposta de estudo busca compreender o processo de construção da identidade histórica concernida a Ouro Preto. Ao falarmos de Ouro Preto nos reportamos a idéias como “Cidade Monumento”, “Cidade Patrimônio” ou “Cidade Histórica”, representações que estão interligadas e expressam valores de preservação, de arte, de identidade, de tradição, etc. Contudo, em que consiste estes valores? O que eles significam, para nós brasileiros, ou para toda a cultura ocidental? Por que é tão fundamental preservar uma cidade dita histórica e o que determina seu caráter enquanto tal? Quais os critérios ou atributos que distinguem uma cidade histórica de outras que não possuem essa caracterização ou não transmitem semelhante idéia?

Para responder a estas e outras questões, nos debruçaremos em um período da história ouropretana que parte da última década do século XIX e se estende até meados da década de 1930: o primeiro momento de nosso estudo se refere ao final do século XIX, quando Ouro Preto deixou de ser o centro político-administrativo de Minas Gerais, perdendo seu estatuto de capital para Belo Horizonte; o segundo momento compreende as três primeiras décadas do século XX, quando surgem os discursos e ações que considerarão a cidade como um núcleo histórico digno de ser preservado. Estes são ensejos decisivos para compreendermos o processo de legitimação de Ouro Preto enquanto referência histórica. Tal processo culmina na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, vindo a consolidar Ouro Preto como patrimônio da nação brasileira<sup>1</sup>.

No final do século XIX, Ouro Preto corria enormes riscos como capital de Minas Gerais: era uma cidade considerada arcaica, cujo traçado provinha de um passado tido como irracional e inescrupuloso. A cidade, representava no imaginário da época a imprevidência dos construtores setecentistas, vivia sob o signo do caos, da desordem, da irracionalidade; a capital de Minas simbolizava a herança de um passado repugnante que

deveria ser abolido. Para tanto, Ouro Preto teria de ser recriada a partir de novas soluções urbanas, as quais, por serem novas, garantiriam a prosperidade social. Neste contexto, prevalecia a negação do passado e sua superação por um futuro “promissor”. O passado representaria a face deficiente de uma sociedade; todas as marcas e rastros que recordassem algo pretérito deveriam ser aniquilados para dar lugar ao “novo”, ao “moderno”. No final do dezenove, Ouro Preto passava por uma crise política: segundo o imaginário da época, esta cidade carecia de uma infra-estrutura condizente com seu status de capital. Para manter este status, Ouro Preto deveria adquirir um perfil moderno; era necessário, sobretudo, reconstruir outra cidade no lugar da “velha” Ouro Preto, inaugurar novos tempos e promover o tão aclamado progresso social<sup>2</sup>. Nesse primeiro momento, procuramos trabalhar com discursos, ações e projetos de modernização urbana, os quais visavam remodelar Ouro Preto para garanti-la como capital de Minas Gerais.

Em 1897, com a transferência da capital em Minas Gerais, inicia-se um processo de defesa da relevância de Ouro Preto no contexto nacional, porém, não mais como centro político, mas como centro cultural, representante da história do povo brasileiro. Muda seu estatuto, muda também o discurso mediante o qual se construirá a idéia de cidade histórica. Agora, a relação de Ouro Preto com seu passado se altera: a cidade deve trazer as marcas de sua história em sua materialidade, deve contar sua história através de suas edificações, monumentos e ruas. Este é o segundo momento de nosso projeto, quando os discursos que caracterizam a cidade segundo valores tradicionais e históricos se evidenciam no artefato construído. Nesta parte do estudo, pretendemos pesquisar eventos como as “Comemorações do Bi Centenário de Ouro Preto”, de 1911, um ensejo que propiciou as primeiras manifestações e os primeiros discursos contendo a idéia de preservação juntamente com os valores histórico e artístico a ela inerentes; a excursão modernista de 1924 feita às cidades mineiras em geral, e a Ouro Preto em particular, a qual lançou as bases para uma política preservacionista de cunho oficial, o que serviu para enriquecer e ampliar o conceito de cidade histórica; os projetos políticos elaborados a partir da criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, primeira

instituição governamental encarregada de elencar e salvaguardar os bens patrimoniais brasileiros; bem como os discursos e práticas que contribuíram, durante todo o período em questão, para a criação de uma imagem de cidade histórica, patrimônio nacional.

### **Em busca da cidade moderna**

Os anos que envolveram a mudança da capital mineira foi um período marcado pela supressão da monarquia e o advento da República no Brasil. A mudança de regime político no Brasil manifestou uma vontade de transformar os valores até então vigentes, nas formas da sociedade ver e conceber seu ambiente urbano. Com a implantação da república, foi posto em prática um discurso progressista; uma ideologia baseada no conceito de modernização da sociedade em todos os seus aspectos. O modelo dessa modernização provinha de contextos norte-americano e europeu: França, EUA e Inglaterra, principalmente, representavam o tipo de civilização que deveria ser seguido pelos países ocidentais<sup>3</sup>.

No Brasil republicano desta época discutiam-se as possibilidades e necessidades de se remodelar os principais centros urbanos com a finalidade de se promover os modernos meios de desenvolvimento social<sup>4</sup>. Em Minas Gerais tramitavam na Assembléia estadual projetos de transferência da capital, a qual, segundo os ideários do Estado republicano, deveria se mudar de Ouro Preto para uma localidade mais conveniente. As contendas políticas em torno da mudança ou permanência da capital mineira no perímetro ouropretano tomaram conta das sessões legislativas mineiras, tanto da instância municipal ouropretana como da estadual. Em Ouro Preto, portanto, houve um forte movimento contrário à transferência da capital mineira, que era representado por políticos dos mais tradicionais e por personalidades civis de muito relevo ante a opinião pública. A luta se dava entre os mudancistas, aqueles que argumentavam pela transferência da capital, e os não mudancistas, ou antimudancistas, os que advogavam pela preservação de Ouro Preto como capital. Interessa-nos o estudo das propostas que primavam pela conservação de Ouro Preto como centro administrativo de Minas Gerais. Os defensores de Ouro Preto adotaram a alternativa da modernização urbana como forma de renovação e legitimação de um espaço urbano que se via ameaçado por um discurso progressista<sup>5</sup>. Para Ouro Preto continuar

como capital era preciso modernizar-se, transformar-se à luz dos códigos do imaginário moderno.

A reforma social, o progresso, passava pela reestruturação urbana; os novos códigos de civilidade pressupunham uma nova ordenação da cidade. Pois a cidade seria o lugar onde se efetivaria as relações do mundo moderno; a cidade constituiria a essência das condições modernas, o substrato das práticas e mentalidade modernas; a cidade demarcaria, ideologicamente, o local simbólico da civilização e da modernidade. A urbanização como um ideal civilizador é a noção que guiará as reformas dos principais centros brasileiros desta época, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife e Salvador. As modificações urbanas empreendidas em cidades como Paris e Londres, em meados do século XIX, serviriam como paradigma para a modernização das principais cidades brasileiras na época em questão<sup>6</sup>.

Ouro Preto se insere de forma bastante delicada nesse contexto. Ao longo do século XIX, com a paulatina queda das atividades mineradoras, as visões e discursos sobre Ouro Preto passavam a simbolizá-la como uma cidade estagnada economicamente, criando uma imagem de cidade “desleixada”, atrofiada, corolário da imprevidência e do descaso, cujas construções seriam irregulares, estabelecimentos mal direcionados; suas ruas eram vistas como demasiado irregulares e estreitas, não suprimindo assim as exigências modernas de circulação e fluência; taxava-se Ouro Preto de cidade suja, insalubre, com sérias deficiências no que diz respeito às questões higiênica e sanitária. Ouro Preto possuía uma imagem estigmatizada de “cidade colonial”, desordenada, irracional, fruto da espontaneidade dos primeiros fundadores. Os discursos que defendiam a transferência da capital de Ouro Preto para outra localidade se baseavam nesta imagem de cidade “arcaica”, “desordenada”, “desleixada”, carente de um planejamento racional. Estes discursos apelavam aos seguintes argumentos:

*1º- Porque a cidade de Ouro Preto não reúne as condições higiênicas necessárias a uma capital. 2º- Porque é péssima a sua posição topográfica. 3º- Porque a situação geográfica dificulta a ação governamental e os interesses, quer públicos, quer*

*particulares.4º-“Porque não tem vida própria, nem área suficiente para, ampliando-se, tornar-se uma grande capital,digna do Estado e aprazível aos olhos do estrangeiro”7.*

Para combater tais argumentos, era preciso, então, reformar Ouro Preto para assim promover sua modernidade. Remodelar Ouro Preto representava se desvencilhar de um passado repugnante, irracional, e conquistar o futuro, uma forma de sociedade baseada na crença de valores superiores e insofismáveis; representava, outrossim, a vitória de Ouro Preto sobre aqueles que almejavam a perda de seu status de capital. Em fins do século XIX, Ouro Preto tinha de adquirir um novo rosto, qual seja, aquele condizente com uma cidade moderna, com as premissas da modernidade republicana; a sociedade ouropretana deveria construir sua própria modernidade para se manter no cenário político brasileiro e legitimar sua identidade mediante as exigências das novas normas sociais, dos novos conceitos de civilidade e cultura.

Contudo, em 17 de dezembro de 1893, o congresso mineiro decretou a lei constitucional nº 3 que previa a transferência da capital Mineira, a qual iniciou-se em julho de 1897<sup>8</sup>. A partir de então, Ouro Preto passa por anos de obscurantismo, pois fora renegada, abandonada, ao perder seu status de capital. Depois da fundação de Belo Horizonte, Ouro Preto será considerada uma cidade melancólica, símbolo de um passado decrépito<sup>9</sup>. Com a inauguração da nova capital em 1897, Ouro Preto começa a ser vista como uma cidade condenada ao obscurantismo, ao esquecimento, uma cidade mergulhada em um passado sombrio. Contra estes estigmas, insurgem vozes que defenderão o caráter “antigo” de Ouro Preto, num esforço de resgate de sua importância para a sociedade mineira e brasileira.

### **Em busca da Cidade Histórica**

A idéia de cidade história é a interface da idéia de preservação. Em outras palavras, uma cidade é considerada histórica na medida em que ela deve ser preservada. Mas surgem as seguintes questões: por que preservar uma cidade? Quais os propósitos de mantê-la sem alterações, seja em seu traçado ou em sua arquitetura?

A nova concepção que passa a envolver Ouro Preto, a partir da consolidação de Belo Horizonte, é a de que a cidade não deveria mudar sua condição material, mas sim trazer as marcas do passado em seu traçado e em sua arquitetura. Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de perder um importante elemento constitutivo da identidade brasileira e mineira. Em Ouro Preto, uma vez preservado seu espaço, uma história e tradição permaneceriam inabaladas pelas mudanças inerentes ao mundo moderno. Assim, se Belo Horizonte simbolizava os feitos e avanços da modernidade, Ouro Preto por seu turno representaria o reduto de uma história e identidade, o chão sólido e incorruptível da tradição de Minas Gerais e do Brasil. A cidade seria assim o próprio passado de glórias presentificado, visível em seu traçado e edificações.

A urbes moderna não seria mais o destino de Ouro Preto, pois esta guardaria as peculiaridades e os símbolos de uma memória coletiva, enquanto aquela seria marcada pela mudança e descaracterização constante de seu espaço, o que acarretaria num empobrecimento em relação a signos históricos ou referências identitárias. A cidade moderna, cadenciada pela transformação permanente de sua estrutura, não comportaria o tempo suficiente para sedimentar em sua materialidade focos visíveis de um passado histórico, de uma memória coletiva<sup>10</sup>.

A cidade de cunho histórico seria aquela cuja forma lhe fosse ímpar, única, e portanto reconhecível enquanto tal, pois seria o produto de um contexto sócio-cultural singular. A cidade moderna é pautada pela homogeneização do espaço, pela padronização e universalização de elementos urbanos, enquanto a cidade histórica reflete a singularidade de uma dada sociedade, conforme nos atesta sua forma definida e particular; seu caráter se distingue de outros por seus traços peculiares, frutos de uma história também peculiar<sup>11</sup>.

Ouro Preto irá adquirir seu caráter de cidade histórica devido às suas características únicas, à sua forma distintiva, vindo a representar uma parte relevante e singular da história brasileira e mineira. Excluída a questão da modernização de Ouro Preto, e já consolidada a

fundação da nova capital, Ouro Preto se transforma em símbolo vivo de um passado, um lugar repleto de significados históricos, identitários, culturais, etc.<sup>12</sup>

A preocupação em preservar a história passa a ser a preocupação em preservar a própria cidade, uma vez que ambas, história e cidade, comporiam juntas a imagem de um passado lendário que deveria ser preservado. A materialidade da cidade, que antes era detratada como obstáculo ao progresso, como lúgubre, melancólica e insalubre, passa a ser valorizada segundo seus riscos pictóricos de inestimável beleza. Ouro Preto vem a ser concebida como peça de exposição de belos panoramas; o espaço se torna um objeto de fruição estética. A característica estética da cidade reforça sua definição ímpar, tendo em sua arquitetura religiosa um dos maiores signos de sua identificação histórica. O “estilo arquitetônico” de Ouro Preto, reconhecido como Barroco mineiro, passa a ser avaliado como uma marca crucial da nacionalidade brasileira: suas edificações religiosas e civis atestariam as origens históricas de um gênio artístico autenticamente brasileiro. Nas palavras do poeta, os “sobradões” de Ouro Preto com suas “frontarias Barrocas” *“tem o poder de nos comover”*, a nós brasileiros, pois é neles que *“alguma coisa de nosso começou a se fixar”*<sup>13</sup>. O desenho urbano de Ouro Preto passa a ser visto agora como a evidencia de uma especificidade, a topografia e a forma urbana não são mais um defeito a ser corrigido, mas uma qualidade a ser apreciada, um elemento visual que atesta a singularidade da cidade e a diferencia da homogeneidade dos traçados urbanos modernos<sup>14</sup>.

Desse modo, em julho de 1911, com as comemorações do “Bi-Centenário de Ouro Preto”, surgem os primeiros discursos de vulto em prol da preservação dos traços históricos ouropretanos; em 1924, a famosa excursão modernista, capitaneada por Oswald de Andrade, chega a Ouro Preto para fazer um estudo das suas características históricas e de suas riquezas artísticas e arquitetônicas. Nos anos 1920, os discursos em favor da preservação de Ouro Preto se intensificam; no final desta década, são elaborados os primeiros projetos para preservação das edificações civis e religiosas ouropretanas sob a responsabilidade de Gustavo Barroso, o criador, em 1921, do Museu Histórico Nacional<sup>15</sup>.

Em 12 de julho de 1933, com o decreto nº 22.928, Ouro Preto é decretada oficialmente monumento nacional, passando a ser tutelado pelo Governo Federal, ato este que consolidou seu título de cidade histórica. Em 1937, com a criação do SPHAN, Ouro Preto passa a ficar sobre a guarda de uma instituição federal especializada em preservar os patrimônios históricos brasileiros, sendo vista e adotada como paradigma na estratégia do Estado brasileiro em construir uma nacionalidade genuína, ou uma identidade brasileira autêntica.

---

<sup>1</sup> Sobre a criação do SPHAN ver: **GONÇALVES, José Reginaldo Santos**. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. **MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco**. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado) **SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (orgs)**. *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

<sup>2</sup> **COELHO, José Efigênio Pinto**. *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987; **FONSECA, Janete Flor de Maio**. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado)

<sup>3</sup> **CARVALHO, José Murilo de**. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. **CHALHOB, Sidiney**. *A cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. **MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, ANDRADE, Rodrigo Ferreira**. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989. **SCHWARCZ, Lilia Moritz**. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

<sup>4</sup> **PINHEIRO, Eloísa Petti**. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.

<sup>5</sup> Sobre os debates entre mudancistas e não mudancistas ver Fonseca, op. cit.

<sup>6</sup> “As cidades européias simbolizam esses novos tempos da burguesia e da modernidade, e têm, em Paris, a capital política e cultural, em Londres, a capital da economia política e, em Viena e Berlim, as capitais da filosofia” (Pinheiro, 2002, p.127, op. cit).

<sup>7</sup> Jornal “A Ordem”, 19/07/1890. Citado por **BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs)**. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993, p.17.

<sup>8</sup> Jornal “Tribuna de Ouro Preto” de 15/12/1947- Mudança da Capital Mineira, “Notas Esparsas”. Citado por Barbosa, 1993, p.19, op. cit.

<sup>9</sup> “O êxodo de antigos moradores e instituições e instituições para Belo Horizonte, confere à cidade um aspecto de súbito abandono que a envolve com aura legendária de cidade fantasma” (Barbosa, 1993, p.11, op. cit).

<sup>10</sup> **ARGAN, Giulio Carlo**. *História da Arte como História da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>11</sup> “A perda da forma urbana e o eclipse dos lugares públicos são fenômenos correlatos ao esgotamento da dimensão representativa e simbólica da cidade moderna, corpo sem memória de uma máquina que se quer pura funcionalidade” (**BRESCIANI, Maria Stella**. *Cidade, cidadania e imaginário*. In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.102).

<sup>12</sup> “A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de trocar, pela emoção, uma memória viva” (**CHOAY, Françoise**. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.18).

<sup>13</sup> **BANDEIRA, Manuel**. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p.36.

<sup>14</sup> “Fisicamente (Ouro Preto) é mais bela: é original, é superior ao vulgar. O seu aspecto aprazivelmente impressiona, impele a imaginação para supremos devaneios. Sempre a vista é aqui solicitada por alturas, arremessos impetuosos da terra na direção do céu” (**SENNA, Nelson**. *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 370).

<sup>15</sup> Em 1928, as primeiras intervenções restauradoras são levadas a cabo em Ouro Preto sob a supervisão de Gustavo de Barroso e patrocínio do Governo mineiro: foram restauradas a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a capela de São João, a Casa dos Contos e a ponte de São José. Ver Meniconi, 2000, op. cit.